



Nota de repúdio aos ataques sofridos pelos servidores do Ibama no sul do Amazonas

A ASCEMA Nacional manifesta profundo repúdio ao grave ataque sofrido por servidores do Ibama durante ação de fiscalização contra a exploração ilegal de madeira no município de Manicoré, no sul do Amazonas. Conforme divulgado pelo próprio órgão, a equipe foi alvo de uma emboscada promovida por cerca de trinta criminosos, que agrediram os agentes e efetuaram disparos de arma de fogo, obrigando os servidores a se abrigarem na floresta para preservar suas vidas. O veículo utilizado na operação foi incendiado pelos criminosos.

O episódio revela, mais uma vez, os riscos enfrentados diariamente por servidores públicos que atuam na linha de frente da proteção ambiental no Brasil. Esses profissionais desempenham uma função essencial para o Estado e para a sociedade ao combater crimes e garantir que a legislação ambiental seja cumprida.

Diante de situações como essa, torna-se ainda mais evidente a urgência de fortalecer os órgãos ambientais federais com mais estrutura, mais pessoal, orçamento e condições adequadas de trabalho e meios de proteção. Operações de fiscalização em regiões marcadas pela presença de organizações criminosas exigem garantias efetivas de segurança para os servidores envolvidos.

Vale lembrar que, em Abril de 2025, a ASCEMA Nacional encaminhou ao Ministério de Gestão e Inovação no Serviço Público (MGI) a Nota Técnica 02/2025 sobre a necessidade urgente de implementação da Gratificação de Atividade de Risco (GAR) para os servidores da Carreira (em anexo). A nota abordava a complexidade das atribuições dos servidores, envolvendo: inspeções em áreas de exploração madeireira ilegal, garimpo clandestino e pesca predatória; participação em operações conjuntas com forças policiais em áreas de conflito fundiário e disputa pelo uso dos recursos naturais; atuação em regiões de fronteira e outras áreas conflagradas sob domínio de facções criminas; e mediação de conflitos em áreas onde há grupos armados e atividades ilícitas. O documento foi ignorado pelo

MGI, na oportunidade, contribuindo para que práticas de violência como a repudiada agora continuassem acontecendo.

A violência contra agentes públicos que exercem sua função em defesa do patrimônio ambiental do país é inaceitável e precisa ser tratada com a máxima seriedade pelas autoridades competentes. É fundamental que os responsáveis sejam identificados e responsabilizados.

Para a ASCEMA Nacional, defender os servidores públicos e condições dignas de trabalho, segurança, reconhecimento e fortalecimento institucional desses órgãos é também defender a proteção dos nossos biomas e o futuro do país.

Brasília, 16/03/2026

ASCEMA Nacional